



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



Brasília, 26 de junho de 2012.

SENADO 017873/12-6

Ao SEPROT:



1017873126

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SEPROT/Interlegis/SF.

DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA
 PROTOCOLO ADMINISTRATIVO
 26 JUN 10 54 AM '12

SENADO FEDERAL

EMENTA: Formalização do convênio de participação da Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ no Projeto de Modernização Legislativa - PML.

Atenciosamente,

p/ Gests
NOEMIA GOMES DOS SANTOS
 Chefe do Serviço de Contratos e Convênios
Felipe Guimarães Côrtes
 Chefe do GABINT

Ilmo. Senhor
JORGE BATISTA NUNES
 Chefe do SEPROT
 Senado Federal

SEPROT/DGERAD
 AUTUADO COM 11 FLS
 ASS. _____
 Matrícula _____



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



**CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ NO
PROGRAMA INTERLEGIS / PROJETO DE
MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA - PML.**

**CONVÊNIO: RJ Nº 269 / INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
- PML**

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Avenida Vereador Edenite da Silva Viana, nº 107 – Centro - SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ – CEP: 28230-000, CNPJ: 01.633.837.0001/30 . Representada por seu Presidente, Vereador FLORENTINO SERQUEIRA AZEVEDO, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convenientes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenientes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenientes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhamentos, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa – PML – com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade – ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/ Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as conseqüências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenentes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Senador CÍCERO LUCENA
Diretor Nacional do
PROGRAMA INTERLEGIS

Brasília, 20 de junho de 2012.

Florentino Serqueira Azevedo
PRESIDENTE
Câmara Mun. de São Francisco de Itabaiana
Vereador FLORENTINO SERQUEIRA AZEVEDO
Presidente da Câmara Municipal de
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor da Secretaria Especial do
Interlegis - SINTER

Representante da CASA LEGISLATIVA
Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE
ITABAPOANA - RJ
(carimbo)

Testemunhas:

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Aplicativos





ANEXO I
Plano de Trabalho
Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal – SINTER.

2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de “moderno” ou “padrão” para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I – Infra-estrutura implantada, nível II – E-legislativo implantado, nível III – E – legislativo integrado e nível IV – Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade – Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ assumem os seguintes compromissos:

4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

4.2 Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;



- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;
- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ poderá ser certificada no Nível I do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível II.

6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.





ANEXO II

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ

ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre a sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outros*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis – SINTER
Serviço de Contratos e Convênios – SCCO
Via N2 Anexo E do Senado Federal – Brasília DF Fone: 3303 2599



Ofício Circular nº 261 - 2012 /SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 21 de junho de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **FLORENTINO CERQUEIRA AZEVEDO**
Presidente da Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ



Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2012 - UASG 20000**

Nº Processo: 08190103548/12-79. Objeto: Registro de Preços, pelo prazo de até 12 meses, para eventual contratação e instalação de serviços de acondicionamento para os arquivos do Edifício Sede do MP/DF. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 21/06/2012 de 09h00 às 11h30 e de 13h às 17h30. Endereço: Sítio Quadra 1, Lote 525-575, Sala 101 Setor de Indústria Artífices - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 21/06/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/07/2012 às 10h00 no www.comprasnet.gov.br.

ANA LUISA CARDOSO ZARDEN
Projeto

(SIDEC - 20/06/2012) 200609-0001-2012N000001

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2012**

Terminou público o resultado do julgamento das propostas apresentadas no pregoeiro em epígrafe. Espécie: venda em Lote. Descrição: Produtos de Informação Ltda., no valor global de R\$2.245,99.

MARIA ISABEL BEZERRA PINHEIRO
Projeto

Tribunal de Contas da União

EXTRATOS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Objeto: promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos; c) Vigência: 24 (vinte e quatro) meses a contar da sua publicação no DOU, do Signatário; pelo TCU, Ministro-Presidente Benjamin Zysler, e, pelo Instituto Sociedade Cerdas, Adriano César Ferreira Amorim, Diretor-Geral, e, pela FUNAI, sua Presidente, Maria Maura de Azevedo Cavalcante, e, pelo Diretor de Administração e Gestão, Antônio Carlos Pires Fátima.

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas da União e a Universidade Estadual de São Paulo. Objeto: promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos; c) Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da sua publicação no DOU, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo; d) Signatário: pelo TCU, Ministro Benjamin Zysler, Presidente do Tribunal de Contas da União e, pela UNESP, Paulo Roberto Pinto Santos, Reitor da Universidade.

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Integração Nacional; b) Objeto: promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos; c) Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da sua publicação no DOU, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo; d) Signatário: pelo TCU, Ministro Benjamin Zysler, Presidente do Tribunal de Contas da União e, pelo MI, Fernando Romero de Souza Coelho, Ministro da Saúde.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2012 - UASG 034001**

Processo nº 309.195/2012-1. Objeto: Fornecimento, mediante Sistema de Registro de Preços, de projetos individualizados, incluindo garantia on site dos equipamentos por período de 36 (três e seis) meses. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 21/06/2012 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Setor de Administração Federal Sul, Lote 1, Sala 140 Ass. Sul - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 21/06/2012 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/07/2012 às 10h00 no www.comprasnet.gov.br.

RENATO TEIXEIRA LEITE DE LA ROCQUE
Projeto

(SIDEC - 21/06/2012) 430001-0001-2012N000028

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2012 - UASG 034001

Processo nº 037.675/2011-8. Objeto: Contratação de serviço de organização de evento, compreendendo coordenação, recepção, tradução, transporte, aluguel de equipamentos de apoio, para realização de LIII Reunião do Conselho Diretor e da XXIII Assembleia Geral da OACAF. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 21/06/2012 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Setor de Administração Federal Sul, Lote 1, Sala 140 BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 21/06/2012 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 03/07/2012 às 10h00 no www.comprasnet.gov.br.

EVALDO ARAUJO RAMOS
Projeto

(SIDEC - 20/06/2012) 030001-0001-2012N000028

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.la.gov.br/assessoria/licitacoes>, pelo código 003501206210022

**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

a) Objeto: obter datavex com a execução de remediações pontuais no prédio que abriga o edifício-velho da Sees-MS, b) Processo: TC 008.296/2011-3; c) Fundamento Legal: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93; d) Valor: R\$ 151.388,79; e) Favorável: RUIZ Contratos e Comércio Ltda. f) Administrador: Alexandre Gomes de Souza Junior, Secretário de Licitação, Contratos e Parcerias, em Brasília; g) Beneficiário: Carlos Roberto Cabrita, Secretário-Geral de Administração Substantiva.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Processo: 027.094/2011-4; b) Espécie: F. TA ao CT nº 22/2008, firmado em 16/06/2008, entre o TCU e a empresa Geca Engenharia e Serviços Ltda.; c) Objeto: prestação da vigilância em 16/6/2012 no site candidato de nova lotação; d) Fundamento Legal: art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93; e) Objeto: Oramento Organizacional: 3.3.90.39 da atividade 41.532.0550.4018.0001; f) Valor: R\$ 2.162.928,81 sendo R\$ 1.165.577,23 para 2012; g) nº 790 do 06/2012; h) Signatário: pelo Contratante, Fernando Luiz Souza da Ema, e, pelo Contratado, Larry Richard Stabor e André Luis Persechini.

Poder Legislativo

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL**

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo 140.034/11. ESPÉCIE: Contrato nº 2012/117.0 firmado com a ANE LAB [288 COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Fornecimento de material de laboratório para realização de exames anatômicos, marca Ortho-Clinical Diagnostics, modelo VITROS-250. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 9/9/11. VIGÊNCIA: 15.06.12 a 12.06.13. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$114.263,61 (cento e catorze e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e um centavos). EMPENHO: 2012N001743. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0103105320040001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Dependentes - Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo. ÓRGÃO FISCALIZADOR: COALM e DEMED. PELA CONTRATANTE: RODRIGO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: LENISE DE SANTANNA PERISSA LANGONE - Sênior.

Processo 154.064/08. ESPÉCIE: Contrato nº 2012/147.0 firmado com a SICOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. OBJETO: Aquisição de grupamentos elétricos, incluindo serviços para gramar e serviços de instalação, teste/inspeção operacional e manutenção preventiva e corretiva. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 35/11. VIGÊNCIA: 18.06.12 a 07.06.13. VALOR TOTAL: R\$38.610,00 (três e oito mil, seiscentos e dez reais). EMPENHO: 2012N001823 e 2012N001825. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 010310535-90610001 - Programa Legislativo - Natureza da Despesa: 4.4.90.32 - Equipamentos e Material Permanente. EMPENHO: 2012N001826. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0103105340610001 - Programa Legislativo - Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo. ÓRGÃO FISCALIZADOR: CEGEP. PELA CONTRATANTE: RODRIGO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. PELA CONTRATADA: JONAS ESCOBSE - Procurador.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo 100.251/12. ESPÉCIE: Contrato nº 2012/136.0 firmado com a GOGANA MEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Fornecimento de material para diagnóstico radiológico (controle isolado em meio de baixo osmolaridade). LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 63/12. VIGÊNCIA: 19.07.12 a 18.07.13. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$47.05 (quarenta e sete reais e cinco centavos). EMPENHO: 2012N001496. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0103105340610001 - Programa Legislativo - Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo. ÓRGÃO FISCALIZADOR: CEGEP. PELA CONTRATANTE: FABIO CHAVES HOLANDA - Diretor Administrativo. PELA CONTRATADA: MAURISIO MARTINS SILVEIRA - Procurador.

Processo 100.251/12. ESPÉCIE: Contrato nº 2012/131.0 firmado com a MAUELA HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Fornecimento de material para diagnóstico radiológico (controle isolado em meio de baixo osmolaridade). LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 63/12. VIGÊNCIA: 19.07.12 a 18.07.13. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$16.990,00 (dezesseis mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). EMPENHO: 2012N006491. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0103105340610001 - Programa Legislativo - Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo. ÓRGÃO FISCALIZADOR: Coordenação de Rádio-Imagem e Coordenação de Arquivos. PELA CONTRATANTE: FABIO CHAVES HOLANDA - Diretor Administrativo. PELA CONTRATADA: RODRIGO LUIZ NUNES DA CUNHA - Procurador.

Processo 100.251/12. ESPÉCIE: Contrato nº 2012/132.0 firmado com a CLICK DATA BRASE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: Fornecimento de filme para impressões preto e branco. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 63/12. VIGÊNCIA: 19.07.12 a 18.07.13. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$7.461,60 (sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos). EMPENHO: 2012N006492. CLASSIF. ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho: 0103105340610001 - Programa Legislativo - Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo. ÓRGÃO FISCALIZADOR: Coordenação de Rádio-Imagem e Coordenação de Arquivos. PELA CONTRATANTE: FABIO CHAVES HOLANDA - Diretor Administrativo. PELA CONTRATADA: RODRIGO RIBEIRO DOS SANTOS - Representante Legal.

**SENADO FEDERAL
1ª SECRETARIA**

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESPÉCIE: Convênio nº RD - 245/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CAÇAL - RO. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 20/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Cleon Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador LUIZ CARLOS DE SOUZA PINTO, Presidente da Câmara Municipal de CAÇAL - RO.

ESPÉCIE: Convênio nº MO - 22A/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CUIRÓ PRETO - MT. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 20/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Cleon Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador MAURILDO ZACARIAS GOMES, Presidente da Câmara Municipal de CUIRÓ PRETO - MT.

ESPÉCIE: Convênio nº CE - 241/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de FORTALEZA - CE. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 20/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Cleon Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador MAURILDO SANTOS OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de FORTALEZA - CE.

ESPÉCIE: Convênio nº BA - 160/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de PORTO SEGURO - BA. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 20/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Cleon Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador ERIVALDO SANTOS OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de PORTO SEGURO - BA.

ESPÉCIE: Convênio nº RJ - 200/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 20/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Cleon Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador FLORENTINO CERQUEIRA AZEVEDO, Presidente da Câmara Municipal de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ.

ESPÉCIE: Convênio nº RO - 276/2012 - INTERLEGIOS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de ARIQUETES - RO. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 20/06/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Excm. Sr. Senador Cleon Lacerda - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador FRANCISCO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de ARIQUETES - RO.

Documento autuado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SEPROT/DGERAD
AUTUADO COM 11 FLS
ASS.
Matrícula